

Ajuste interno evitará risco externo

Arrocho monetário, pacote fiscal e sistema bancário saneado têm sido, no mercado internacional, as credenciais do Brasil para ultrapassar as turbulências, desde o ano passado, praticamente sem dano, como se comprova pela emissão de eurobônus feita ontem e que comentamos abaixo. Bancos em ordem continuarão a ser, nos próximos tempos, um fator importante para tranquilizar investidores. Essa parte da lição foi feita pelo governo brasileiro e não há risco aparente de retrocesso. Mas a arrumação das contas públicas, mesmo depois dos cortes anunciados em novembro, continua a ser uma promessa. Se houver sinais de que a promessa, neste ano, mais uma vez não será cumprida, a boa disposição de investidores e credores poderá ser minada. Se não houver um ajuste nas contas públicas, esse fato tenderá a refletir-se no balanço de pagamentos, criando sérios problemas neste momento de instabilidade internacional.

A boa expectativa criada pelo pacote de novembro está sendo minada. O setor público brasileiro, segundo as primeiras previsões, deveria alcançar neste ano um superávit primário – isto é, sem as contas de juros – equivalente a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso deveria compensar, em parte, o gasto adicional com o serviço da dívida, resultante da alta de juros. O resul-

tado final poderia ser uma redução do desequilíbrio fiscal.

A hipótese de um resultado primário igual a 2,5% do PIB já não parece provável, segundo especialistas do setor financeiro. Nem o governo federal tem cortado gastos na proporção necessária, nem os governadores demonstram disposição de agir com austeridade, neste ano de eleição. O resultado primário de 1997, ainda não divulgado pelo governo, deverá ser menos favorável do que a meta oficial. Nos 12 meses terminados em novembro, o superávit primário consolidado ficou em modestíssimo 0,12% do PIB. A principal contribuição para esse resultado foi o superávit de 0,16% obtido pelas estatais. O governo central ficou praticamente no equilíbrio, com déficit de 0,03%, e Estados e municípios tiveram desempenho pouco melhor, com um resultado negativo de 0,01% do PIB. Somados os juros reais, o déficit operacional ficou, no período, em 3,21% do PIB. De dezembro só se conhecem, por enquanto, os números divulgados pelo Tesouro Nacional, com superávit primário de 0,78% até o fim do ano, e déficit operacional estimado em 1,06% do PIB.



O Banco Central tem reduzido as taxas básicas de juros, contribuindo, assim, para aliviar tanto consumidores e empresas quanto o próprio setor público endividado. Reduções adicionais, porém, dependerão tanto de sinais favoráveis no mercado internacional quanto de progressos no front interno. Esses progressos devem ocorrer, porém, principalmente na área fiscal. Além de administrar receitas e despesas cuidadosamente, no dia-a-dia, os governantes, em todos os níveis, devem aproveitar as oportunidades para um ajuste mais profundo em suas contas. Será preciso aproveitar os recursos da privatização para abater a dívida pública. Este será um ganho duradouro, que permitirá, nos próximos mandatos, tanto retomar investimentos quanto elevar as despesas de custeio mais importantes, como a manutenção do ensino público e dos serviços de saúde. Todos os governadores, no entanto, parecem não haver entendido isto. Idéias como esta podem parecer estranhas, num ano de eleições. No entanto, que melhor oportunidade encontrarão governadores, prefeitos, legisladores e juizes

para mostrar-se à altura da função pública? Eleitores com o mínimo indispensável de bom senso deverão julgar os candidatos também dessa perspectiva – ou estarão votando em dificuldades ainda maiores para os próximos anos.

No caso dos governadores, a obrigação de agir com austeridade é ainda reforçada – se é que se pode dizer que aquilo que é obrigatório

Cumprir as promessas do pacote fiscal é condição de segurança na área externa

pode ser reforçado – por uma circunstância especial. Estão recebendo auxílio federal para sair de uma situação de quase falência. O governo da União está assumindo encargos adicionais, por décadas, para facilitar a sobrevivência financeira dos Estados. Gente com um mínimo de seriedade não poderia desprezar este fato. Se o País for atingido por uma nova turbulência internacional – coisa que, hoje, tudo indica ser muito difícil –, as dificuldades não escolherão vítimas federais, estaduais ou municipais, públicas ou privadas. Ninguém tem o direito de esquecer esse risco.